

Políticas públicas são necessárias para incluir jovens na economia

O papel das políticas públicas e os desafios da juventude no cenário social e econômico no pós-pandemia foram destaque no debate do "Segundas da Igualdade" de hoje. No encontro promovido pela Secretaria de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual, a titular da Condsef/Fenadsef no Comitê de Jovens da ISP (Internacional de Serviços Públicos), Sânia Barcelos Reis, destacou que dos cerca de 40% dos jovens que hoje compõem a população brasileira, 70% estão em situação de precaridade e excluídos do mercado de trabalho.

Muitos alegam não saber como vão conseguir oportunidade de inserção em universidades e no mercado de trabalho após a pandemia. Essa desesperança, aliada a precarização do mundo do trabalho, é motivo de preocupação. Por isso, a importância de lutar por políticas públicas para inclusão desses jovens na economia, o que também é essencial para tirar o País do cenário de recessão e crise em que está mergulhado.

Diante disso, um outro desafio surge. O papel dos jovens sindicalistas e os desafios dentro das entidades e movimentos sociais em que atuam. Ao mesmo tempo em que há a importância fundamental de dar voz aos jovens em situação de precaridade, há uma dificuldade em aproximar os jovens dessas lutas em torno de ações para que se tenha um país mais democrática e com mais oportunidades para todos.

Setor público envelhecido e a luta por concursos

Apesar de observar que a participação da juventude tem espaço para ser ampliada nessas lutas, é nesse cenário que no setor público surge uma questão central. A falta de concursos públicos para oxigenar o setor é um dos obstáculos apontados no caminho dessa renovação. O grande número de aposentados e pensionistas e servidores perto de se aposentar é indicativo claro desse processo. Mas há outros desafios que incluem a quebra de

resistência de muitos jovens em atuar mais diretamente nesses espaços de debate, diálogo e luta por garantia de direitos.

Para os mais experientes está claro que é fundamental "passar o bastão aos jovens". "A renovação do movimento sindical é fundamental para a sobrevivência da luta de toda a classe trabalhadora", destaca Erilza Galvão, diretora de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual da Condsef/Fenadsef. Iniciativas como as "Segundas da Igualdade" visam abrir o campo para esse processo de inclusão e abertura do movimento sindical para maior participação dos mais jovens. A baixa adesão muitas vezes é encarada com preocupação, principalmente num cenário desafiador como o que está posto nesse momento. É consenso que a superação desses desafios passa pela necessidade de ampliar a atuação dos jovens da classe trabalhadora no processo de reconstrução do Brasil.

Fonte: Condsef

Com desgoverno e economia em crise, medo do desemprego atinge 67% dos brasileiros

Lucas Guilherme Cena, 23 anos, funcionário de uma loja de calçados em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, está trabalhando, mas tem medo de ficar desempregado. Ele teve o salário reduzido durante o isolamento social para conter a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e mesmo depois da reabertura da economia não tem certeza de que seu emprego está garantido.

"Eu continuei empregado, mas alguns colegas foram demitidos. A gente não vê aquele movimento que tinha antes e o que se

fala dentro da loja é que precisa cortar gastos", diz Lucas se referindo ao temor de – mais cedo ou mais tarde – entrar para a lista dos desempregados, que já atinge quase 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

A angústia de Lucas é a realidade de 67% dos trabalhadores e trabalhadoras. De cada três brasileiros, dois estão pessimistas e acreditam que o desemprego vai aumentar nos próximos tempos.

Desde 2016, lembra o secretário, as taxas de desemprego não são inferiores a 10%. Com Bolso-

naro, dispararam para mais de 14% e nada foi feito para reverter a situação.

E o cenário não deve melhorar. De acordo com o economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos da CUT, Clovis Scherer, a taxa de desemprego, que hoje está em 14,4%, tende a aumentar porque muitas pessoas perderam o emprego durante a pandemia e não buscaram uma nova colocação no mercado de trabalho.

Matéria completa em cut.org.br/noticias



Prepare seu bolso: conta de luz vai aumentar, por causa da seca e o apagão no Amapá



Um novo reajuste nos preços da energia elétrica, com data e índices ainda a serem divulgados, deverá passar a valer em todo o Brasil. Os motivos, de acordo com o Ministério das Minas e Energia, são a manutenção da operação de térmicas a gás natural no país por causa da seca que atinge a maioria dos reservatórios das hidrelétricas do país - mais de 75% da energia consumida no Brasil vêm de hidrelétricas- e a ampliação da autorização para que a Eletronorte contrate usinas emergenciais a óleo para o estado do Amapá, por causa do apagão. As informações foram dadas num comunicado, após reunião extraordinária do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

A conta do reajuste será paga por todos os brasileiros e brasileiras, mas no caso do Amapá, a conta vem via encargos setoriais pagos pelos consumidores de eletricidade do estado. O valor vai depender de quanto tempo as medidas serão necessárias.

“Infelizmente a população terá que pagar, pois, pela obrigação contratual e legislação vigente esse risco é assumido a todos os que estão ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN)”, explica Wellington Diniz, diretor do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão (STIU-MA) e funcionário da

Eletronorte.

No caso da seca, que obrigou a manutenção da operação de térmicas a gás natural no país, os custos serão repassados para toda população, por meio das bandeiras tarifárias cobradas na conta de luz.

Embora a seca seja a desculpa mais plausível para o acionamento das usinas térmicas e, conseqüentemente, do aumento dos custos, se o governo federal incentivasse a construção de novos empreendimentos hidrelétricos que podem ser tocados pela Eletronorte, a situação poderia ser diferente, acredita Diniz.

“Se tivesse sido construída a segunda casa de força da Usina de Coaracy Nunes, no Amapá, as terceiras casas de força da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a de São Luiz do Tapajós e a de Jatobá, todas no Pará, além dos investimentos em eólicas e térmicas, o apagão não teria ocorrido e o país não precisaria recorrer tanto ao uso de termoelétricas”, critica o dirigente.

Dívidas baixas da Eletronorte mostram que estatal tem capital para investir

Com um lucro de R\$ 10,7 bilhões em 2019, mais de R\$ 12 bilhões em caixa e o baixo nível de endividamento da Eletronorte fazem dela uma empresa muito pouco alavancada e exige que ela volte a investir para alcançar ganhos de valor, inclusive para os

seus acionistas, acredita Diniz.

“Por possuir recursos próprios e capacidade de endividamento, a Eletronorte poderá realizar investimentos sem onerar o tesouro. As taxas de juros, em suas mínimas históricas, não irão onerar a companhia em seus compromissos financeiros. Além disso, grandes obras de transmissão e geração de energia poderão alavancar, direta e indiretamente, a criação de milhares de empregos”, diz o diretor do STIU-Maranhão.

Desde 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha.

A bandeira verde significa “condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo”. Com a bandeira amarela, “as condições de geração são menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido e a bandeira vermelha tem dois patamares. No Patamar 1, as condições são mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido. O patamar 2 significa condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Fonte: CUT